



Universidades Lusíada

Carolo, Daniel Fernando da Soledade

Políticas sociais e jovens em desvantagem social

<http://hdl.handle.net/11067/4218>

<https://doi.org/10.34628/xtv6-1c61>

Metadados

Data de Publicação	2004
Resumo	Este artigo pretende ser um contributo para a reflexão de um modelo de políticas sociais assente na defesa de uma perspectiva integrada. Esta ideia é fundamentada, por um lado, na constatação empírica das inúmeras lacunas, e até mesmo da incapacidade, das respostas das políticas sociais, e, por outro, no potencial inquestionável da Política Social na articulação de políticas no sentido de garantir a satisfação das necessidades humanas e a realização do bem-estar....
Palavras Chave	Jovens em risco - Serviços para - Portugal, Portugal - Política social
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 30 (2004)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T09:15:07Z com informação proveniente do Repositório

Daniel Fernando da Soledade CAROLO*

Políticas Sociais e Jovens em *desvantagem social***

Este artigo pretende ser um contributo para a reflexão de um modelo de políticas sociais assente na defesa de uma perspectiva integrada. Esta ideia é fundamentada, por um lado, na constatação empírica das inúmeras lacunas, e até mesmo da incapacidade, das respostas das políticas sociais, e, por outro, no potencial inquestionável da Política Social na articulação de políticas no sentido de garantir a satisfação das necessidades humanas e a realização do bem-estar.

Palavras-Chave: Políticas Sociais – Necessidades Humanas – Necessidades Básicas – Desvantagem Social – Trajectórias de Vida

Apresentação

Este artigo tem por base o trabalho de investigação realizado, em conjunto com Ana Helena Jorge Cabral Nunes, no âmbito do seminário de investigação em intervenção em serviço social e políticas sociais do último ano da licenciatura em Serviço Social, no ano lectivo 2002/2003, subordinado ao tema **Respostas das Políticas Sociais às Necessidades dos Jovens em Situação de *Desvantagem Social***.

Esse trabalho partiu de três **objectivos** principais: Compreender as trajectórias de vida de jovens em situação de *desvantagem social*, analisando a relação entre necessidades e respostas das políticas sociais; Avaliar a

*Licenciado em Serviço Social e Mestrando em Economia Política Social no ISEG.

** Artigo extraído da tese de licenciatura do 5.º ano, que recebeu o 1.º prémio do fundo Honorato Rosa.

importância destas respostas na trajectória de vida desses jovens; Apresentar contributos para a formulação de uma proposta de política social integrada para os Jovens em situação de *desvantagem social*.

Quanto à **estruturação** deste artigo, numa primeira fase, será explicitado o problema social que legitimou a realização desta investigação e enunciadas as principais referências teóricas e metodológicas que o enquadraram. Numa segunda fase proceder-se-á à apresentação das principais conclusões que resultaram do desenvolvimento do processo de investigação.

No entanto, este artigo pretende também construir, a partir das conclusões referidas, uma **reflexão actual sobre as respostas das políticas sociais**, que será desenvolvida no último ponto.

1. Conceptualização do problema social

O **Problema Social**, sobre o qual incide a análise deste trabalho, é a integração dos jovens, especificamente dos jovens em *desvantagem social*. A opção por este tema justificou-se pela constatação empírica, a partir das experiências profissionais de intervenção, da vulnerabilidade dos jovens e das suas dificuldades de autonomização, agravadas pelas limitações das respostas das políticas sociais na satisfação das suas necessidades, sobretudo nas situações de maior risco e vulnerabilidade social.

A complexidade deste problema social deve ser compreendida a partir da articulação entre **contexto de dinâmicas sociais** que configura a condição juvenil e as **trajectórias de vida** dos jovens, cujas especificidades lhes conferem uma situação de *desvantagem social*.

Sobre a condição juvenil, Robert Castel (2001) apresenta-nos uma descrição exemplar da sua ambiguidade ao considerar que os jovens de hoje não são:

“nem representantes das classe laboriosas, ainda que às vezes trabalhem, nem emanação das classes perigosas, ainda que cometam, havendo oportunidade, actos delituosos, nem verdadeiramente *pobres*, pois não o são resignados nem assistidos e se viram no quotidiano; nem expressão de uma cultura específica de gueto, porque partilham os valores culturais e consumistas da sua classe de idade; nem comple-

tamente estranhos à ordem escolar, porque são escolarizados, porém mal, etc., eles não são nada disso e, ao mesmo tempo, são um pouco de tudo isso. Interrogam todas as instâncias de socialização, mas nenhuma lhes pode responder. Suscitam uma questão *transversal*, sobre a qual se pode dizer que é *a questão da sua integração* e que se declina segundo múltiplas facetas: em relação ao trabalho, ao quadro de vida, à polícia e à justiça, aos serviços públicos, à educação... Problema de ter lugar na sociedade, isto é, ao mesmo tempo e correlativamente, uma base sólida e uma utilidade sociais.” (Castel, 2001: 544-545).

Estes aspectos da condição juvenil são decorrentes de vivermos hoje num “Runaway World” (Giddens, 2000) marcado por um *sentimento temporal* de incerteza verificável pela particularidade sociológica que actualmente se vive “numa sociedade em que os idosos estão mais garantidos quanto ao futuro do que os jovens” (Castel, 2001: 570). Basta recordar que os jovens são o grupo etário mais afectado pelo desemprego. No caso de Portugal importa ainda não ignorar que, segundo a agência Habitat das Nações Unidas, 22% da população “está em risco de pobreza” ou “vive com um salário que equivale a menos de 60% da média nacional” (Jornal Expresso, 18/09/2004), o que aliado ao elevado abandono escolar, entre inúmeros outros aspectos, e associado às limitações do Estado Providência, constitui um contexto de maior vulnerabilidade social. Por isso, os jovens são quem sofre de forma mais aguda a ameaça de um futuro incerto e pouco controlável (cf. Castel, 2001: 571).

Importa ainda ter presente que estas novas dinâmicas, genericamente designadas de processos de globalização, transformaram os quadros de vida dos jovens, complexificando-os, e, sobretudo, atribuindo-lhes uma nova condição de vulnerabilidade, seja pelos riscos inerentes à própria condição juvenil, seja por outros problemas sociais mais abrangentes como sejam a inserção profissional e a integração social. Estas são especialmente visíveis nas **transformações dos modelos de transição para a vida adulta**, cujos modelos assumem novos contornos. Dentro destes merecem ser destacados os aspectos referentes à sua *não linearidade* e ao *atraso* no processo de autonomização.

A utilização do conceito de *desvantagem social*, embora eventualmente polémica, deveu-se à necessidade de conceptualizar a situação dos

jovens cujas trajetórias de vida evidenciam “diferentes combinações” das seguintes características: disfunções e rupturas familiares, evidenciadas por dificuldades de relacionamento, ou mesmo abandono definitivo da família; contextos de vida marcados por fenômenos de pobreza e exclusão social e propensos à sua transmissão *geracional*; experiências de relação com serviços de apoio social, em muitos casos com experiência de institucionalização (vida em colégios); ruptura com o sistema de ensino, marcada pelo seu abandono precoce (incumprimento da escolaridade obrigatória); experiência de sofrimento, muitas vezes com repercussões negativas ao nível da saúde mental (depressão, esquizofrenia), da capacidade de estabelecer relações afetivas (insegurança, carência) e do estigma de “trazer consigo” a marca de ser pobre/excluído; marginalidade e delinquência, pelo recurso à vida na rua, a esquemas tipo biscates (arrumar carros), práticas ilícitas (drogas, prostituição), até ao crime (furtos, roubos, tráfico).

É precisamente a presença destas características na sua trajetória de vida que os diferencia de outros jovens, dado que estas lhes conferem uma situação de *desvantagem social*, verificável pelas **dificuldades e riscos**, para a satisfação das suas necessidades a diferentes, mas **indissociáveis**, níveis: sócio-familiar – estabelecimento de relações significativas, dadas as disfunções familiares (isolamento/auto-subsistência), que por sua vez também têm repercussões ao nível da satisfação de outras necessidades como o rendimento, habitação, alimentação, vestuário, cuidados de saúde; sócio-cultural – formação escolar/profissional/cívica e conseqüente diminuição de oportunidades de emprego, sendo este o principal mecanismo de inclusão social, não esquecendo, porém, a importância dos aspectos de fruição, participação e criação cultural; pessoal – em última análise, todos os elementos referidos limitam a sua capacidade de autonomização e participação.

Por outro lado, importa destacar que estas características e dificuldades permitem inserir estes jovens numa categorização de quatro situações típicas de conjugação de factores impeditivos de inserção profissional: população com dificuldade de inserção profissional, devido a baixas qualificações escolares e profissionais; indivíduos e famílias em situação de pobreza persistente; pessoas com *handicaps* específicos (ex. doenças do foro psíquico); indivíduos com modos de vida marginais (cf. Capucha, 1998: 66-67).

Numa perspectiva de transição para a vida adulta e integração social, tanto as características apresentadas como as dificuldades que lhe estão inerentes constituem o que se poderá designar por *potencial negativo de autonomização*, configurando uma situação de *desvantagem social*.

Para inverter esta situação de *desvantagem social*, que se caracteriza fundamentalmente pela incapacidade de suporte social do principal agente de socialização e por inerência de sobrevivência (a Família), as políticas sociais assumem-se como o instrumento principal de promoção e garantia de integração social, tornando-se por isso imprescindível o seu estudo, privilegiando a análise da efectividade das suas respostas.

2. Enquadramento teórico e metodológico

Dada a *complexificação* dos modos de vida dos jovens e consequentemente dos seus processos de autonomização, decorrentes do contexto de novas dinâmicas sociais, apresentadas no ponto anterior, descobrir, conhecer e procurar compreender os seus **percursos, traços e contextos de vida** assume uma grande importância. Assim, de acordo com os objectivos desta investigação foram definidos **dois eixos de análise**: Jovens em situação de *desvantagem social* e Políticas Sociais.

Para o **estudo dos Jovens** seguiu-se a perspectiva de José Machado Pais (2000 e 2001), privilegiando as seguintes dimensões: trajectórias, partindo da sua reconstituição segundo uma abordagem diacrónica; necessidades humanas numa lógica dialéctica entre necessidades sentidas e as respostas das políticas sociais; expectativas, abordando o futuro, segundo o seu ponto de vista.

No que se refere à análise das trajectórias, tal como refere José Machado Pais “o que genericamente propomos é a ruptura em relação às teorias da «etiquetagem» e da «estigmatização» centradas na noção de «desvio» ou de «desenquadramento». Interessam-nos mais os quadros de vida juvenis e o que nesses quadros os jovens inscrevem: os seus traços de vida” (Pais, 2000: 10).

As vertentes que serão estudadas, quanto à dimensão das **necessidades humanas**, situam-se no âmbito do trabalho desenvolvido por Doyal e Gough (1991), em que a partir do quadro de necessidades humanas, construído por estes autores e da análise das trajectórias de vida destes

jovens, se procurará identificar as suas necessidades numa perspectiva integrada, com vista à sua “Autonomia de Agência e Autonomia Crítica” e não apenas no âmbito das tradicionais e compartimentadas necessidades de subsistência.

Quanto à dimensão **expectativas**, serão exploradas as percepções dos jovens sobre as possibilidades e oportunidades para a sua transição e autonomização para a vida adulta.

O eixo **Políticas Sociais** articular-se-á necessariamente com o primeiro, no sentido de avaliar a resposta das políticas sociais face às trajectórias, necessidades específicas e expectativas dos jovens em situação de *desvantagem social*, procurando compreender as implicações destas nas suas trajectórias de vida, tendo como referência teórica a crítica de Alfredo Bruto da Costa (1999) às políticas sociais sectoriais e a sua proposta de transição para uma Política Social Integrada.

Assim, a **orientação metodológica** deste estudo privilegiou uma abordagem qualitativa de natureza exploratória, na medida em que pretendeu estudar o quotidiano simbólico dos jovens, através da reconstituição das suas trajectórias de vida a partir dos seus discursos. Mesmo a análise das respostas das políticas sociais centrou-se quer na avaliação da sua importância na vida dos jovens, quer na exploração de contributos de especialistas, numa perspectiva aberta para uma Política Social Integrada.

Dada a orientação qualitativa desta investigação, importa explicitar alguns dos **princípios** orientadores que lhe estão subjacentes: Em primeiro lugar, destaca-se o seu **carácter «aberto»**, procurando evitar aquilo que Bourdieu refere como um erro epistemológico que consiste “em fazer como se as construções que o cientista tem de construir para dar razão das práticas, para delas dar razão, fossem o princípio determinante das práticas” (Bourdieu, 1997: 158). Outro princípio importante é a procura de uma **“metodologia da Pós-Linearidade”** (Pais, 2001: 85). Assim numa investigação “uma das positivities é a ideia de não-linearidade, a ideia de que nos sistemas complexos as funções não são lineares e, por isso, ao contrário do que ocorre nas funções lineares, uma pequena causa pode produzir um grande efeito” (Santos, 2002: 75). Decorrente dos princípios acima explicitados, a investigação qualitativa exige um **“paradigma de complexidade”** (Morin, 1982: 236) que “ao mesmo tempo disjunte e

associe, que conceba os níveis de emergência da realidade sem reduzi-los às unidades elementares e às leis gerais” (*idem*: 219).

O **universo** deste estudo, para os **sujeitos empíricos 1**, é constituído pelos jovens que são acompanhados pelo Sector de Acção Social da instituição C. Foi definida uma **amostra** de tipo **intencional**, constituída por três jovens: o Fábio de 17 anos, o Manel de 22 e a Catarina de 18 anos. A sua constituição procurou responder à necessidade de ilustração, privilegiando, de acordo com os objectivos desta pesquisa, a profundidade da análise a realizar sobre a trajectória de vida de cada jovem em detrimento da sua abrangência pois a “relevância deste tipo de amostra não reside na pretensão de representação de uma população com o objectivo da generalização de resultados; em contrapartida, procura-se aprofundar o nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é, por si, significativa” (Pais, 2001: 110).

Para os **sujeitos empíricos 2** o **universo** é constituído pelos especialistas nos domínios das políticas sociais e de juventude. Importa referir que estes especialistas são pessoas cuja responsabilidade profissional abrange estes domínios, independentemente do seu campo de actuação, até porque se pretendeu conseguir uma relativa diversidade e abrangência neste domínio. Esta **amostra** foi também do tipo **intencional**. Na sua constituição procurou-se considerar diferentes domínios de intervenção, no sentido de permitir explorar o cruzamento de diferentes perspectivas de análise das respostas das políticas sociais. Assim, esta é constituída por 6 especialistas: Coordenadora da área das políticas sociais, do Instituto de Solidariedade e Segurança Social; Delegado Regional de Lisboa do Instituto de Reinserção Social; Responsável do núcleo de informação e orientação profissional, Instituto de Emprego e Formação Profissional; responsável por uma instituição da sociedade civil com experiência de intervenção com jovens – Vice-Presidente da Direcção e Coordenadora do grupo de jovens da associação Moinho da Juventude; Investigador académico nos domínios da sociologia da juventude – Professor Doutor José Machado Pais; Médico Pedopsiquiatra – Dr. Pedro Strecht.

No que se refere às **estratégias de pesquisa** este trabalho contempla duas: a abductiva e a indutiva. A estratégia **abductiva** baseia-se na teoria da *Fenomenologia*. É de natureza exploratória e compreensiva (cf. Blaikie, 2000), ou seja pretende-se através desta, recolher, essencialmente, as per-

cepções dos actores sociais, neste caso dos jovens. A estratégia **indutiva** fundamenta-se na corrente *Positivista*, tendo um carácter essencialmente exploratório (cf. Blaikie, 2000). Pretende-se, a partir da amostra de especialistas (sujeitos 2 do objecto empírico) no domínio das políticas sociais e de juventude, recolher contributos possíveis de serem generalizados como formulação de uma proposta de política social integrada.

Quanto às **técnicas de investigação** utilizadas na operacionalização empírica importa destacar as seguintes: **a pesquisa bibliográfica** que se apresenta como uma técnica transversal cujo objectivo consiste em fundamentar teoricamente e estimular novas perspectivas de análise e o **método biográfico** fundamental na operacionalização empírica do eixo – Jovens em Situação de *Desvantagem Social* – envolvendo quer a **entrevista biográfica** quer a **análise de conteúdo** destas entrevistas.

José Machado Pais (2001) coloca como desafio da investigação qualitativa, segundo o método biográfico (que inclui tanto a técnica da entrevista como a técnica de análise de conteúdo), **a passagem “dos relatos aos conteúdos de vida”**. Foi este o desafio a que este trabalho, no seu âmbito de aplicação, procurou responder, “através de um **labor interpretativo**” (Pais, 2001: 113) na análise de conteúdo. Este labor interpretativo implica um esforço de *desconstrução e reconstrução* dos relatos em que “as histórias de vida são apreendidas numa discursividade linear que é posteriormente decomposta para, a partir dos fragmentos decompostos, se mostrar uma nova composição, desta feita analítica” (*idem*: 102) O que está em causa é a procura “em aprofundar o nível de conhecimento de realidades cuja singularidade é por si significativa” (Pais, 2001: 109-110), isto é, cada vida vale por si mesma como um exemplo suficientemente ilustrativo da vida.

A complexidade de todo este processo residirá na necessidade de enquadrar cada relato no âmbito da totalidade de uma vida cuja turbulência é impossível de ser narrada, mas que por diversos sinais está implícita nessa narrativa. Uma entrevista apenas vale como uma fotografia, parcial, de uma vida, mas simultaneamente vale por ser uma parte integrante dessa mesma vida. Por isso, é necessário procurar desvendar as suas ligações quer ao nível dos contextos, quer ao nível do próprio decurso dessa vida.

O eixo – Políticas Sociais – operacionalizou-se através das seguintes técnicas: **pesquisa documental** e **entrevista semidirectiva**, direccionada

para a abordagem com os especialistas. Ainda no que diz respeito à **análise de conteúdo**, procedeu-se a uma categorização das perspectivas/contributos no âmbito da formulação de uma proposta de Política Social Integrada para os Jovens em situação de *desvantagem social*.

No que respeita à **definição do campo empírico** estabeleceu-se para o estudo dos jovens (sujeitos 1 do objecto empírico), o C. enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Para os especialistas no domínio das políticas sociais e de juventude (sujeito empírico 2), o campo empírico corresponde aos serviços/instituições onde os especialistas constituintes da amostra desempenham funções.

3. Apresentação das principais conclusões

Neste ponto pretende-se fazer uma breve apresentação dos principais dados resultantes do processo de investigação. Em primeiro lugar será apresentada uma análise interpretativa sobre os conteúdos de vida destes jovens, na medida em que esta constitui a base imprescindível para o desenvolvimento da análise das outras dimensões (por isso foi a que requereu um maior investimento empírico) como as necessidades e expectativas dos jovens, assim como da avaliação das respostas das políticas sociais às necessidades dos jovens em situação de *desvantagem social*.

3.1. Dos relatos aos conteúdos de vida: uma perspectiva interpretativa

Tendo como base a reconstituição das trajectórias de vida dos jovens entrevistados pretende-se realizar uma exploração dos perfis sociais destes jovens, seguida de uma análise interpretativa dos seus relatos de vida, numa perspectiva de apreensão dos conteúdos de vida.

Quanto à exploração dos **perfis sociais** destes jovens é possível definir algumas características comuns ou regularidades presentes nas três trajectórias de vida reconstituídas. No que respeita à vida familiar, verifica-se a existência de situações de violência, a ocorrência de rupturas, isto é, abandono do lar e de situações de pobreza geracional, às quais estão associados factores como as baixas qualificações escolares e profissionais dos pais, bem como a precariedade dos vínculos de emprego. Quanto aos mo-

dos de vida, os três jovens estudados têm percursos com experiências de vida marginal com ou sem evoluções delinquentes. Como consequência destes modos de vida, já todos tiveram contactos com a polícia e passaram por situações de institucionalização na esfera da Justiça. Decorrente dos aspectos anteriores constata-se, também ao nível pessoal, um quadro comum de situações de problemas de saúde mental ou pelo menos de risco e preocupação pessoal com este aspecto, como no caso da Catarina quando questionada sobre os seus medos em relação ao futuro: *Às vezes penso nisso... Não sei... acima de tudo acho que é enlouquecer!* (Catarina). O percurso escolar é a dimensão que apresenta maiores diferenças, 6.º ano, 9.º ano e 12.º ano de escolaridade, respectivamente, verificando-se um paralelismo entre esta diferenciação e o nível de responsabilidade e maturidade evidenciado, que conseqüentemente determina também uma diferenciação no seu potencial de inserção profissional e capacidade de autonomização.

No âmbito de uma perspectiva interpretativa que procure a passagem dos relatos aos conteúdos de vida, após a exploração dos perfis sociais importa procurar *descobrir* os principais aspectos elucidativos destes mesmos conteúdos.

O primeiro aspecto a destacar refere-se ao *significado* que estes três exemplos de percursos de vida assumem: são “**estranhos**” (García, 2000). O facto de serem estranhos deriva essencialmente de duas razões: a primeira refere-se ao desconhecimento existente em relação a estes modos de vida marginais, que tantas vezes são ignorados e/ou não compreendidos; a segunda aponta para um aspecto mais complexo, que é o facto de, ainda que marginais, estas trajectórias serem parte integrante da *nossa* realidade e, por isso mesmo, resultantes de um modo próprio da sua organização e daquilo que se poderá designar por vida social.

Estes são também percursos em que a característica que mais se evidencia e, simultaneamente a força que os determina, são as **rupturas**. Estas assumem um estatuto de maior relevância sobretudo ao nível da **vida familiar**. Talvez por isso não surpreenda que sejam aspectos do quotidiano familiar os mais apontados pelos jovens entrevistados como experiências mais marcantes pela negativa.

Um outro aspecto fundamental é que em nenhuma das três trajectórias apresentadas foram os jovens a «iniciar o ciclo de problemas». Quer isto

dizer que estes jovens são **vítimas** de processos *desqualificantes* inerentes a outros problemas. No caso do Fábio verifica-se uma situação de pobreza de pelo menos três gerações, já que o seu pai, eventualmente por falta de condições familiares, foi obrigado a começar a trabalhar aos 12 anos. Mais tarde, quando constituiu família, esta situação de pobreza manteve-se mas associada a outra ordem de problemas como o alcoolismo e a violência familiar, que por sua vez se traduziram noutra nível de problemas, como sejam, a negligência de suporte familiar para com o Fábio e a sua conseqüente inserção em modos de vida marginais e delinquentes. Quanto ao Manel é também possível constatar um quadro idêntico. Os pais são imigrantes oriundos de Cabo Verde, que sem outras alternativas, conseguiram residência num bairro degradado. Esta situação, associada às suas baixas qualificações profissionais e ao facto de a mãe nunca ter legalizado a sua situação em Portugal, conduziram a uma situação de pobreza marcada também por violência exercida pelo pai sobre o Manel. Esta realidade fez com que aos oito anos fugisse de casa adoptando um modo de vida marginal: a vida na rua. Por último, em relação à Catarina é também possível encontrar uma situação de precariedade de emprego da mãe, desemprego do pai, associado a problemas de alcoolismo e toxicodependência, que por sua vez estabelecem uma situação de carência económica e violência familiar exercida pelo pai. Estes problemas fizeram com que a Catarina, após algumas fugas, decidisse romper os laços familiares e adoptasse também um modo de vida marginal: a vida na rua. Estes três exemplos são reveladores de duas ideias chave: os problemas destes jovens iniciam-se na esfera familiar; a relação familiar é caracterizada por situações de pobreza associada à existência de comportamentos de violência sobre os jovens.

Um outro traço presente nas trajetórias de vida destes jovens diz respeito ao **défice de relações afectivas**. Este défice está centrado em torno da questão das rupturas na relação com a família, provocadas por situações de disfunção familiar que se traduzem no abandono do lar, por parte dos jovens e/ou de um dos pais. Por isso, considera-se que estes são jovens “que crescem confrontados com padrões extremos da escala da relação afectiva: ou a ausência ou a presença de qualidade distorcida, que aumentam a sua necessidade de organização defensiva por denegação ou idealização” (Strecht, 2003: 43), o que, em muitas situações, tem reper-

cussões problemáticas graves ao nível das suas capacidades relacionais e saúde mental.

Para o Fábio, que após a morte do pai e o abandono do lar pela mãe, passou a viver sozinho desde os 12 anos, a sua vida organizou-se tendo apenas como referência afectiva o seu irmão mais velho e aqueles que chama de amigos, os “sócios”, isto é, eventuais amigos cuja natureza dos laços se desenvolvia a partir das actividades delinquentes praticadas, prevalecendo assim a dimensão “comercial” sobre a dimensão afectiva. Para o Manel, que aos oito anos decidiu fugir de casa devido à violência familiar, a sua vida tanto na rua, como nos colégios, foi organizada afectivamente em torno dos amigos. No entanto, parece demonstrar algum distanciamento, desconfiança ou mesmo frieza afectiva em relação a estes, ao dizer *os amigos nunca nos ajudam a fazer o bem*. Quanto à Catarina, apesar de ter vivido durante mais tempo com a família, após a morte da avó, a pessoa de quem mais gostava, demonstra um distanciamento afectivo em relação à família, verificável quer pela recusa de relação com o pai e opção de não viver com a mãe, mantendo porém relação com esta, quer por períodos de vida caracterizados por um relativo isolamento social.

Por isso, para estes jovens as **institucionalizações** acabam por ser, quando existem, a alternativa possível. Geralmente, estes são sempre percursos turbulentos e muito marcantes nas suas vidas. “É comum conhecermos situações de vida com passagens por vários locais, fechando um eterno ciclo vicioso de perdas, separações, abandonos sucessivos que reforcem a ideia de não são queridos, amados, porque têm exclusivamente coisas más ou negativas” (Strecht, 2003: 45). Apesar das consequências negativas desta situação, é interessante verificar a capacidade emocional destes jovens que conseguem transformar estas experiências, com contornos dolorosos nas suas vidas, em elementos positivos de crescimento e enriquecimento pessoal.

Outro aspecto potencialmente interessante poderá ser a análise dos **silêncios**, uma vez que os relatos não representam o todo de uma vida, mas sim fragmentos que contém em si a marca dessa totalidade (cf. Pais, 2001: 87). Neste sentido, no seguimento do anteriormente referido, importa constatar a ausência de referências afectivas importantes. Nas várias sessões realizadas aos três jovens, não foram feitas alusões às relações de namoro ou pessoas por quem se tenham apaixonado ou mesmo amizades.

Serão estas vidas, vidas sem amor? Eventualmente, estas serão vidas em que o amor está presente embora de uma forma particular: a ausência. A ser verdade, este aspecto reforça a ideia anterior do défice de relações afectivas. Em muitas destas vidas chegam mesmo a acontecer ausências dramáticas, como o facto de não serem visitados pela família nos anos que passam institucionalizados, como aconteceu tanto com o Fábio como com o Manel. Por isso, em casos extremos se constata que estes jovens “não têm mesmo ninguém. Mesmo. Nem pai, nem mãe, ou outra pessoa de família que os possa receber que, até no Natal, com autorização do tribunal, ninguém procura, ninguém quer. Não têm para onde ir quando chegar altura de poderem sair, de regressarem a casa. Mas qual casa?” (Strecht, 2003: 36).

Perante estes quadros de vida, os jovens «são forçados» a sobreviverem, a desenvolver **modos de vida** empobrecidos de projectos. Como salienta Robert Castel (2001), “esta maneira de habitar o mundo social impõe estratégias de sobrevivência fundadas no presente” desenvolvendo-se “uma cultura que é, segundo a feliz expressão de Laurence Rouleau-Berger, uma *cultura do aleatório*” ou seja, refém do “viver o dia-a-dia” (Castel, 2001: 529). Estes aspectos remetem para a necessidade de consideração dos fenómenos de **índole cultural** presentes nestas situações. “A cultura específica de meios sociais de risco, onde a pobreza, o isolamento, e a intensidade envolvente de actos ilícitos, como o tráfico e o consumo de drogas, a prostituição ou o roubo, são o livro de conduta pelo qual se é obrigado a ler a realidade envolvente” (Strecht, 2003: 46) Neste sentido assiste-se ao surgimento de “novas sociabilidades flutuantes que não se inscrevem mais em disputas colectivas, andanças imóveis, de que a falta de objectivos precisos dos jovens desocupados propõe uma ilustração. O que lhes falta é menos, sem dúvida, a comunicação com outrem (estes jovens têm, amiúde, relações mais extensas do que muitos membros das classes médias) do que a existência de projectos através dos quais as interacções ganhem sentido” (Castel, 2001: 536).

No que respeita aos fenómenos da **delinquência e marginalidade**, este estudo defende uma perspectiva compreensiva. Esta fundamenta-se na necessidade de procurar superar as abordagens positivistas do fenómeno, aceitando o desafio e o compromisso de uma análise integrada, ou seja, que não dissocie as práticas cometidas das trajectórias de vida e

dos quotidianos de quem as pratica. Em primeiro lugar, é preciso considerar que estes fenómenos têm subjacentes determinadas condicionantes sociais, que não devem ser ignoradas, nomeadamente as situações de pobreza, rupturas familiares, insucesso dos percursos escolares, défices de vínculos de pertença social. Neste sentido, os aspectos acima referidos configuram percursos de vida caracterizados por carências, que são, em si mesmas, traços de sofrimento. “Daí que a via delinquente seja também, e em última análise, a possibilidade de tornar visível um sofrimento que muitos teimam em não considerar” (Strecht, 2003: 37). Assim, “como explicar então que se faça tão pouco e se continue a olhar para a questão das evoluções delinquentes como a única forma de sofrimento humano que em vez de ser entendida, acudida, tratada, é simplesmente castigada?” (*idem*, 31). Talvez por isso, o sofrimento seja tão grande que muitos jovens deixam de temer as consequências dos actos cometidos, pois nada têm a perder numa vida onde não tiveram direito a nada. Um outro aspecto interessante, que está também relacionado com o sofrimento, diz respeito ao nível de consciência. O Fábio dizia *dentro de mim, eu sentia assim... dentro de mim não roubas, mas roubava sempre*. Esta pequena frase revela que o Fábio tem consciência, sente que não devia roubar. Deste modo, esta análise defende que quando se tem consciência de se haver cometido um erro, esta consciência implica, desde logo, um sofrimento, mais que não seja, por se sentir sem capacidade para deixar de fazer o que sente que não deveria fazer.

Neste sentido, outra das características fundamentais das trajetórias de vida analisadas prende-se com o facto de todas serem retratos vivos de **sofrimento**. Sofrimento por uma família que não conseguiu cuidar deles enquanto crianças, sofrimento pelo seu próprio desamparo, pela consciência dos erros que cometeram (delitos), pela insegurança e incerteza face ao seu futuro. Como exemplo mais grave de experiência de sofrimento destes jovens, merecem ainda destaque as rupturas afectivas, sobretudo, as que se caracterizam pela indiferença. “A pior forma de abandono emocional é a indiferença. É a presença ausente, aquilo que verdadeiramente ninguém deseja. Pior que a morte ou a ausência verdadeira, pois essa permite organizar um luto, uma perda, dando-lhes um destino possível que, mesmo difícil, pode permitir um reequilíbrio ou uma reconstrução psíquica” (Strecht, 2003: 37). Olhando para os traços

de vida destes jovens, procurando penetrar nos seus interstícios, impõe-se a dura realidade das consequências: “nada de tão intenso se sofre sem que disso resultem marcas profundas” (Strecht, 2003: 48). Por isso muitos destes jovens sofrem de doenças do foro psíquico. “Por isso, é importante compreender que, muitas vezes, o que se passa desde os mais precoces tempos de vida destes rapazes, é uma lenta e previsível caminhada para a morte. Pelo menos, para a morte psíquica, numa desligação progressiva entre boas e más experiências emocionais, até uma fase de organização narcísica negativa, onde por ausência sistemática de experiências de amor, se instala progressivamente a tristeza, a zanga, a revolta, o ódio” (Strecht, 2003: 38-39).

Perante este quadro resta, como última possibilidade, a aposta e promoção da “capacidade de reparação isto é, desejo de emendar, reconstruir, devolver o que de mal se fez, sendo que a espécie humana é a que tem este aspecto mais apurado, razão porque a convivência social é mais recente e o mais importante avanço do homem” (Strecht, 2003: 174).

Quem são afinal estes jovens? Por tudo o que anteriormente foi descrito, estes jovens são **heróis**, dado que, sendo vítimas de percursos de sofrimento, conseguiram sobreviver. Este aspecto ganha ainda maior força se, a título de exemplo, cada um de nós colocar as seguintes questões: “Como teria sido a minha trajectória se **eu** tivesse sido obrigado a viver o que eles viveram? Como teria **eu** enfrentado os problemas? Como conseguiria **eu** viver hoje, depois de ter enfrentado tudo isso?” Neste sentido é imperativo que a análise destes testemunhos únicos de percursos de vida singulares contemple, para além do estudo das características das trajectórias, o desafio de tentar explorar novas perspectivas de abordagem do fenómeno em causa. No caso destes três jovens, a partir do estudo das suas trajectórias, foi possível descobrir que eles **nunca se resignaram** e lutaram sempre pela sua vida, abraçados ao desejo-sonho de uma vida mais feliz. O Fábio apesar da morte do pai e abandono do lar pela mãe, tendo ficado sozinho com o irmão, procurou uma alternativa de vida, ainda que através da delinquência que, eventualmente, se configurou como a única alternativa possível. O Manel não se resignou perante o medo do pai e a violência familiar e preferiu ir à descoberta de um outro mundo pela vida na rua. Também a Catarina encontrou nas fugas de casa um escape à violência exercida pelo pai e uma forma de se libertar de um quotidiano

familiar problemático marcado por dificuldades de relacionamento com a mãe.

Um último aspecto, não menos importante, é que a luta travada por estes jovens ao longo da sua trajectória de vida, mesmo ao nível das opções tomadas, está associada às suas **referências afectivas**. Repare-se no exemplo do Fábio que confrontado com a morte do pai e abandono do lar pela mãe, estrutura a sua vida em torno do seu irmão preferido mesmo que para isso tenha iniciado um percurso de delinquência. No caso do Manel, perante uma relação familiar de violência, decide, com apenas oito anos de idade, sair de casa em busca do irmão que ele tanto procurava e cuja ausência o fazia sofrer. Quanto à situação da Catarina, após a morte da avó, desenvolve um processo de afastamento progressivo da família. Neste caso assiste-se também a uma opção de vida influenciada pelo afecto, embora numa forma de ausência.

3.2. Jovens em *desvantagem social* e necessidades humanas

O estudo desta dimensão fundamentou-se na reconstituição das trajectórias de vida dos jovens em situação de *desvantagem social*.

O conceito de necessidade é, tradicionalmente, associado directamente às pessoas de menores recursos, ou seja, à condição de «necessitado». Apesar da dificuldade de definição e da polémica em torno do conceito de Necessidades Básicas, esta pesquisa partiu de uma perspectiva diferente, entendendo as necessidades humanas como um complexo de condições indispensáveis para a realização da vida humana, assumindo por isso um carácter universal. Neste sentido, a partir dos contributos de Doyal e Gough (1991), demonstrou-se a universalidade e objectividade das necessidades humanas uma vez que todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e culturas, têm necessidades básicas comuns. Assim, são objectivas na medida em que a sua especificação teórica e empírica é independente de preferências individuais e universais, na medida em que a concepção de danos pela não satisfação é a mesma para todas as pessoas em qualquer cultura (cf. Doyal e Gough, 1991: 49). Porém, estes autores salvaguardam que, apesar da universalidade das necessidades, a sua satisfação implica respostas diferenciadas.

Como princípios básicos que orientam a satisfação das necessidades hu-

manas, foram estabelecidos a **participação** e a **libertação**. Assim, Doyal e Gough (1991) definem a **saúde física** e a **autonomia** como as duas necessidades básicas. A autonomia como necessidade básica refere-se à capacidade de formular objectivos consistentes e estratégias para concretizá-los (*idem*: 59-60). Para estes autores a satisfação destas necessidades é crucial para a participação, com vista à libertação humana (*idem*: 73), ou seja o seu objectivo final é “contribuir para a participação das pessoas tanto nas formas de vida e cultura das quais fazem parte (autonomia de agência) quanto nos processos de avaliação crítica dessa cultura, com o propósito de melhorá-la ou modificá-la (autonomia crítica)” (Pereira, 2000: 83).

Em função do quadro teórico definido, verifica-se a imprescindibilidade da análise das necessidades dos jovens ser inscrita nos seus percursos de vida, bem como enquadrada no âmbito do contexto das dinâmicas sociais, o que significa que este também determina necessidades e condiciona a sua satisfação.

Uma primeira conclusão é que os **jovens apresentam necessidades específicas** a dois níveis: por um lado as que se baseiam na sua condição juvenil, que pressupõem necessidades mais prementes de protecção, subsistência e apoio para a autonomização; por outro, as necessidades específicas inerentes à sua situação de *desvantagem social*, sobretudo as que estão inerentes à ocorrência de rupturas familiares, sendo valorizadas pelos jovens as necessidades **relacionais-afectivas**. Estes aspectos conferem uma condição de maior dificuldade/risco para a autonomização e transição para a vida adulta destes jovens, quando comparados com outros.

Quanto aos mecanismos de satisfação Doyal e Gough (1991), consideram que o alcance de um nível autonomia – uma das necessidades básicas – está dependente da satisfação de um complexo de condições indispensáveis que passam em primeiro lugar pela existência de pré-condições sociais para a constituição de *satisfadores* específicos que garantam a satisfação das necessidades intermédias, indispensáveis para que se atinja um nível óptimo de satisfação das necessidades básicas (Doyal e Gough, 1991: 170), residindo aqui a importância da Política Social enquanto um destes *satisfadores*.

Analisando as suas trajetórias de vida, a segunda conclusão é que se constatam défices de satisfação de necessidades intermédias. No decorrer do processo de entrevistas foram feitas pelos jovens algumas referências.

Não tinha condições em casa. O meu pai bebia, não dava para sustentar (...) Tive necessidade de roupa, de comida... (Fábio). Este aspecto remete para a não satisfação directa de necessidades tais como a alimentação e indirectamente a necessidade de protecção na infância, segurança económica e até segurança psicológica dada a relação com o pai. Também o Manel refere que uma das suas necessidades *era andar numa creche* (Manel). A Catarina destaca que *dificuldades financeiras houve sempre (...) com o meu pai passei fome a sério!* (Catarina). Estes testemunhos são inequivocamente ilustrativos das dificuldades e danos que estes jovens sofreram ao longo da sua vida. No entanto dentro das necessidades intermédias os próprios jovens atribuem primordial importância às necessidades relacionais-afectivas com especial incidência na família. *Tinha necessidades de carinho e isso (...) faltava-me segurança (...) aquela segurança do pai e não sei quê... um gajo sentia...* (Fábio). *Um amor familiar, um bem-estar familiar! Precisava de... ter bons amigos... precisava de ter um pai, uma mãe, um irmão que me escutasse, percebes?* (Manel). *Do apoio familiar! Apoio... a sério. Queria que se calhar tivesse sido a minha mãe a compreender outro tipo de coisas* (Catarina). Um aspecto interessante é que todos estes testemunhos parecem revelar de forma *implícita* uma outra necessidade específica destes jovens: a **necessidade de ser normal**, não ser discriminado, de ter oportunidades e condições para romper com o seu passado, ou seja, de satisfazer as suas necessidades e emancipar-se da sua situação de *desvantagem social*.

A não satisfação destas necessidades inviabiliza a satisfação das necessidades básicas de saúde física, autonomia de agência e autonomia crítica, o que demonstra a **ocorrência de sérios prejuízos e danos na vida destes jovens** que por sua vez comprometem o alcance dos objectivos universais de participação e libertação. São estes mesmos danos e prejuízos que lhes conferem uma situação de *desvantagem social* na perspectiva da sua autonomização e transição para a vida adulta.

3.3. Expectativas dos jovens em *desvantagem social*

Neste estudo as expectativas dos jovens assumem um estatuto de tanta importância como o estudo das suas trajectórias de vida. A sua análise desenvolveu-se vinculada a um pressuposto de autonomização e transição para a vida adulta.

O primeiro aspecto diz respeito às dificuldades relativas ao futuro. O Fábio revela ter consciência de que algumas das limitações que tem ao nível de competências podem condicionar a sua transição para a vida adulta, nomeadamente o *cumprir os horários. Vai ser um bocado difícil...* (Fábio). Já o Manel destaca um nível de dificuldades de maior complexidade. *Fico com saudades, tás a ver?... Daquela vida! Daquela... daquela liberdade! Acho que era da liberdade! Sobretudo da liberdade que nós tínhamos. Íamos p'ra qualquer lado, a qualquer hora, a qualquer momento. Eu acho que sempre gostei muito da minha liberdade! É isso!* A partir desta referência é possível aferir que o Manel revela, por um lado, dificuldades em organizar a sua vida e, por outro, dificuldades em aceitar o modelo de vida «normal». A Catarina, para além da questão das dificuldades *financeiras, para sempre*, mostra-se preocupada com as marcas do passado. *Tenho a certeza, vários obstáculos e mesmo coisas de ficar agarrada ao passado. As coisas ficam sempre gravadas na pele e... e mesmo que lutes um bocado, elas persistem, e por isso vou ter sempre uma data de coisas aqui dentro... para resolver... Aquilo tudo pelo que já passei deixaram-me marcas* (Catarina). Simultaneamente considera que *assusta-me imenso, pensar que um dia terei mesmo que trabalhar porque preciso de dinheiro. O ter que... assusta-me... acho que isso é a coisa que mais me assusta* (Catarina).

Por último, quanto à autonomia e felicidade, importa destacar um aspecto curioso que é o facto de tanto o Fábio como a Catarina acreditarem na sua felicidade e autonomia: *tenho a certeza que vou ser feliz* (Fábio) *Autónoma, absolutamente, e feliz, pois... a felicidade não é uma coisa permanente, tens momentos, e isso tenho sempre. Sim, acredito plenamente* (Catarina).

Todos os elementos apresentados são fragmentos de um todo que são as expectativas. Neste sentido devem ser interpretados não como esse mesmo todo, mas sim como elementos simbólicos dessa mesma realidade.

3.4. As políticas sociais como resposta às necessidades dos jovens em situação de desvantagem social

A avaliação da efectividade das políticas sociais implica considerar a análise da relação entre os seus desígnios e os resultados da sua intervenção, ou seja, os seus impactos na satisfação das necessidades das pessoas e

inerente garantia de Bem-Estar. Assim ao abrigo da defesa do princípio de responsabilidade da política social, este estudo procurou avaliar as consequências das respostas das políticas sociais, no decurso da vida dos jovens em situação de *desvantagem social*, até porque “o direito à satisfação otimizada de necessidades, a partir da garantia das condições básicas como exigência fundamental dessa otimização, constitui o cerne das políticas sociais públicas” (Pereira, 2000: 35).

Assim, a exploração analítica dos eixos de investigação desta pesquisa permitiu retirar como principal conclusão que as políticas sociais não garantem a satisfação de forma integrada das necessidades dos jovens. Para fundamentar esta posição importa explicitar alguns dos **limites** das respostas das políticas sociais que emergiram na análise realizada e se destacam pela sua capacidade de ilustração:

A primeira questão que se impõe colocar, face a percursos de vida tão traumáticos e onde as lacunas de intervenção são tão gritantes, é a seguinte: Existem políticas de prevenção? Deste modo o primeiro aspecto e o mais relevante refere-se à **inexistência e/ou ocorrência de falhas das políticas sociais na intervenção precoce**. Na situação do Manel e da Catarina é impressionante e até constrangedor verificar a inexistência de qualquer intervenção, mesmo perante um quadro de violência familiar tão grave (agressões físicas e psicológicas), por isso sobre a mãe a Catarina refere que *não foi ajudada em nada por parte do tribunal ou qualquer outra instituição. Não foi! E que eu saiba, nunca recebeu nada! À parte do abono de família* (Catarina). Mesmo perante indícios de risco tão claros como por exemplo a agressividade e falta de assiduidade do Manel na escola. Esta falha é também reconhecida por Pedro Strecht (2003) ao referir que “por exemplo, são muito raros os [jovens] que conhecemos que no seu trajecto turbulento foram referenciados a uma consulta de saúde mental, mesmo dando sinais gravíssimos anteriores” (Strecht, 2003: 41). A situação do Fábio assume contornos um pouco diferentes, mas eventualmente mais graves. Isto porque no seu percurso de vida houve uma intervenção da política social no sentido do seu acolhimento institucional. Porém esta resposta não se mostrou adequada, dado o seu mau comportamento, o que fez com que o Fábio, mesmo sendo uma criança referenciada como estando em situação de risco, fosse expulso aos 12 anos da instituição, regressando para junto da família, (razão pela qual tinha

sido institucionalizado!), sem qualquer outro acompanhamento social. *A Casa Pia mandou-me embora sem nenhum papel! Só me deu o bilhete para a mão e disse para eu ir para casa, às 9 da noite!* (Fábio). Este parece ser um exemplo suficientemente ilustrativo da falta de articulação e responsabilização das políticas sociais para a satisfação das necessidades e garantia de bem-estar.

Decorrente do primeiro, o segundo aspecto refere-se à constatação de uma **intervenção social de última instância** ou apenas na fase terminal do processo. De facto *somos muito pouco activos nas causas e somos muito reactivos nas consequências* (especialista 4 – Dr. Pedro Strecht). Note-se que no caso do Fábio, que não voltou a ter qualquer apoio desde os 12 anos, apenas aos 15 anos volta a ser institucionalizado, desta vez não pela sua necessidade de protecção mas sim pelo perigo para a sociedade do seu modo de vida, entretanto delinquente. Também no percurso de vida do Manel e da Catarina, as respostas das políticas sociais apenas acontecem depois de um longo processo de desvinculação, que culminou na vida na rua. Ou seja, numa primeira fase, quando estes jovens foram vítimas, as políticas de protecção da infância falharam, mas quando passaram a ser simultaneamente *vitimizadores* (entenda-se marginais e/ou delinquentes) houve intervenção das políticas, mas aí de justiça, apenas.

O terceiro aspecto diz respeito à **inexistência de políticas de apoio à família**. A dureza da vida fala por si. Ao fim de um período de cerca de dez anos, desde que estes jovens sofreram problemas enquanto crianças, não houve qualquer intervenção de apoio às suas famílias, sendo que os problemas foram contornados. No caso do Fábio o pai faleceu, no caso tanto do Manel como da Catarina foi decidida a separação conjugal. Em qualquer das situações a ruptura a partir dos problemas da infância foi decisiva. Nenhum destes jovens está actualmente a viver junto da família. Mais uma vez os percursos de vida destes jovens demonstram a **necessidade de uma política de prevenção**, que implica a existência de mecanismos de acompanhamento social integrado como forma de prevenção de riscos. De acordo com Pedro Strecht *estas políticas têm que ser não só pensadas mas depois mantidas com alguma consistência durante o tempo, para que se consiga ver alguns efeitos. Este é um dos maiores problemas porque grande parte da política social devia ser eminentemente uma política preventiva, mas as pessoas apostam muito pouco nas medidas preventivas. Portanto,*

é assim, nós somos pouco eficazes nas causas das situações e tendemos muito mais a dar respostas apenas nas consequências (Especialista 4 – Dr. Pedro Srecht).

As **respostas de institucionalização** devem também ser analisadas. Sendo necessárias, têm limitações ao nível das suas orientações como no caso da Justiça, devido aos limites de idade, impossibilidade de flexibilização das condições de institucionalização e adaptação ao projecto pessoal de autonomização dos jovens. Uma outra lacuna gravíssima diz respeito à inexistência de estruturas como por exemplo apartamentos de autonomização para jovens após a institucionalização (cf. Especialista 6 – Coordenadora da Infância e Juventude do Instituto de Solidariedade e Segurança Social). Para além disso *a maioria das instituições funciona, em termos de resposta de trabalho, numa base que está francamente ultrapassada face às necessidades actuais dos miúdos (...) uma forma de contacto com os miúdos que é essencialmente comportamental/ punitiva* (Especialista 4 – Dr. Pedro Srecht).

Importa ainda destacar alguns problemas transversais às políticas sociais. Dentro destas merecem especial destaque a **burocracia**. Muitas vezes as respostas das políticas sociais comportam esquemas de aferição da necessidade e implementação da medida extremamente burocratizados, que se traduzem na dificuldade de acesso e sobretudo em longos períodos de espera para a sua aplicação, o que muitas vezes determina a não intervenção ou a falha da intervenção. Por exemplo um requerimento de Apoio para a Autonomia de Vida (Artigo 45.º da Lei n.º 147/99: Lei de protecção de crianças e jovens em perigo), para além da dificuldade inerente à não regulamentação desta medida (desde 1999 até 2003), implica pelo menos um período de seis meses de espera. Por isso para quem já passou por isso diz que *são burocracias terríveis!* (Catarina). Associada a esta exigência, coloca-se o problema do **respeito pela privacidade**, por isso dever-se-ia *fazer um apoio mais específico à pessoa, sem ser, sem ser... lá está, sem ser intromissão na vida pessoal* (Catarina). Curiosamente estas situações foram apontadas pelos jovens como limitações graves das respostas das políticas sociais.

Uma outra limitação refere-se à **necessidade de adequação das respostas das políticas sociais face às situações problema** e às necessidades específicas que lhe estão intrínsecas. Isto porque “para o grupo

infanto-juvenil em situação de pobreza tem sido oferecido um sistema de protecção social homogéneo, limitado e sem favorecimentos que promovam a equidade (Guara, 1995: 69). Por outro lado “as políticas de juventude tendem a ser políticas de *normalização* e a sua legitimação assenta no controlo e vigilância dos desvios à norma” (Gameiro e Dantas, 2000: 315) o que significa que não só partem de um falso pressuposto na medida em que sociologicamente o conceito de juventude é representativo de um grupo vasto e bastante heterogéneo, como “o reconhecimento dos direitos dos excluídos é dificultado pela tipificação diferenciadora que não diz respeito à sua gama de necessidades sociais. Na tipificação as necessidades perdem o carácter substantivo e eles passam a ser sujeitos adjectivados pela necessidade: «os necessitados»” (Guara, 1995: 69) o que evidencia uma lógica de controlo social, muitas vezes provocando novas exclusões, e não de libertação da necessidade e emancipação social.

Perante este quadro de limites das respostas das políticas sociais, constata-se uma característica determinante, porventura a mais decisiva. Trata-se da **inexistência de articulação entre as políticas sociais**. Como refere Pedro Strecht *não há uma coordenação entre a parte social e a parte da educação, a da justiça e a da saúde* (Especialista 4 – Dr. Pedro Strecht). Talvez por isso algumas intervenções sejam reconhecidas por todos os agentes como ineficazes. Sobre a sua saída do colégio o Manel diz que os técnicos que o acompanhavam *sabiam que a gente íamos voltar p’ra... p’ra’quela vida que sempre tivemos* (Manel). Esta característica advém do próprio modelo de política social, organizado a partir de uma lógica sectorial definida a partir dos serviços e não das necessidades.

Porém, na análise da efectividade das respostas das políticas sociais importa também considerar os seus **aspectos positivos**. Assim, pretende-se realizar uma tentativa de exploração compreensiva dos factores de sucesso. O sentido da utilização do conceito de sucesso está relacionado com a necessidade de objectivar/categorizar sociologicamente as situações que se destacam pela positiva. No caso desta pesquisa os jovens que «melhor» enfrentaram as turbulências – sofrimento na sua vida ainda que, consequentemente, se encontrem numa situação de *desvantagem social*.

Neste sentido merece ser destacado o percurso de vida da Catarina. A cautela com a utilização do substantivo «tentativa», prende-se com o facto de este sucesso ser tão surpreendente, face ao sofrimento *que lhe*

está implícito, que a natureza das suas eventuais explicações parecem mais próximas de uma dimensão metafísica – o milagre – do que uma dimensão científica, seja ela ao nível individual e/ou social. Não se pretendendo uma abordagem causal, até porque esta seria impossível quer pelas limitações desta pesquisa, quer pela complexidade desta questão, parece fazer sentido uma inventariação dos factores presentes nas suas trajectórias que assumem maior relevância, como sejam:

- Elevado nível de inteligência e maturidade, aliado a um percurso escolar sem interrupções;
- Maior período de tempo junto da família, menor período de tempo de institucionalização e menor período de vida marginal;
- Ausência de problemas de saúde mental;
- Apoio mais consistente de política social, através de Apoio para a Autonomia de Vida.

Independentemente do seu interesse e validade interpretativa, esta análise revela um dado fundamental sobre a importância do papel **da política social enquanto potencial emancipatório** (cf. Rodrigues, 1999: 27), através do paralelismo entre o sucesso do processo de autonomização da Catarina e a qualidade das respostas das políticas sociais presentes, neste caso Apoio para Autonomia de Vida.

Para concluir, a análise da efectividade das políticas sociais não pode negligenciar a ligação entre as respostas das políticas sociais e as suas **consequências** e importância para os percursos de vida. Quer isto dizer que, a partir do estudo das trajectórias de vida destes jovens, é indiscutível que a as falhas das respostas se traduziram em consequências graves para o seu bem-estar, sendo por isso co-responsáveis pelo *agravamento dos percursos* de vida destes jovens. Seja pelas **rupturas** familiares ocorridas, seja pelo recurso a modos de vida marginais e delinquentes, seja, acima de tudo, pelo trajecto de sofrimento que todos estes aspectos provocaram e ainda provocam na vida destes jovens.

4. Para uma política de compromisso social

A inclusão deste ponto justificou-se pela necessidade sentida de, com base nos elementos empíricos resultantes do trabalho realizado anteriormente, alargar o âmbito de análise. Numa outra perspectiva poderia igualmente dizer-se que este ponto é a continuidade natural de um processo de construção de conhecimento. Porém, enquanto que o estudo anterior privilegiou uma abordagem biográfica para uma compreensão das vidas destes jovens, este artigo pretende ir mais além no contributo para a reflexão sobre as políticas sociais, nomeadamente, através da análise de algumas das suas contradições e apresentação de contributos para a sua superação. No entanto, este estudo assume também a defesa de um modelo ideal enunciando caminhos para a sua realização e propondo um desafio.

Numa primeira análise, o estudo realizado obriga-nos a uma reflexão sobre algumas **contradições** inerentes à própria política social das quais se destacam cinco.

A primeira contradição prende-se com a relação entre respostas de “**subsídios mínimos**” face a necessidades básicas de bem-estar cuja satisfação, conforme foi defendido é complexa, exigindo a mobilização de vários recursos a diferentes níveis. Poderemos igualmente questionar o sentido de atribuir precisamente a quem mais precisa, aos mais vulneráveis, sempre “mínimos”. Quais os critérios que estão subjacentes a estes princípios? Por exemplo no caso do Apoio para Autonomia de Vida (Artigo 45.º da Lei n.º 147/99: Lei de protecção de crianças e jovens em perigo), porquê indexar o seu valor ao salário mínimo? Um jovem, sozinho, sem apoio familiar, estudante, pode satisfazer as suas necessidades básicas, apenas com cerca de 360 euros mensais e sem a articulação de outras formas de suporte social? Por isso esta é “uma irracionalidade política e ética que pretendemos exorcizar: esperar o melhor dos pobres, oferecendo-lhes apenas o mínimo ou a pior protecção social” (Pereira, 2000: 34).

Uma outra contradição refere-se à orientação das políticas sociais para a **inserção profissional**. Sendo consensual a importância do trabalho como principal mecanismo de integração, faz sentido a aposta em políticas de emprego. No entanto se o mercado de trabalho é também unanimemente reconhecido como competitivo, *segregador* ao privilegiar determinados re-

quisitos em detrimento de outros e socialmente excludente na medida em que não garante o acesso a todos, qual o sentido de privilegiar este mecanismo de integração justamente para os mais vulneráveis e menos aptos a *disputar* um emprego? (cf. Castel, 2001: 577). No caso destes jovens como que desde muito novos são *empurrados... para qualquer coisa...* Como que lhes é, para além de tudo o que já viveram e sofreram, negado o direito a ter tempo e oportunidade de construir um projecto de sonharem quererem ser... *alguma coisa e alguém...* Então porque não criar condições para que eles tenham oportunidade (sociologicamente entendida como autonomia/liberdade, o que implica satisfação integrada das necessidades básicas) de construir a sua própria integração?

A terceira contradição refere-se às **exigências** implícitas à beneficiação das respostas sociais. Para ilustrar esta situação recorreremos ao exemplo do funcionamento de uma empresa de inserção no âmbito da política de Mercado Social de Emprego em que cada beneficiário tem direito apenas a uma oportunidade de inserção. Assim, e este é um exemplo real, se um jovem iniciar um processo de inserção e desistir, isto é independentemente das razões, simplesmente desaparecer, e se um ano mais tarde quiser voltar a tentar ter um emprego (lícito) não pode recorrer a esta medida, mesmo noutra empresa de inserção, porque está *registado na lista negra*. Paradoxalmente, verifica-se que o mercado social de emprego, na situação apresentada é mais exigente e até punitivo, do que o mercado liberal de emprego, quando deveria sobretudo apostar numa política de oportunidades [constantes] e em “sistemas de intervenção permanentes” (Capucha, 1998: 69). Um outro exemplo porventura mais grave mostra como por vezes as medidas chegam a ser *excludentes* como no caso já referido da expulsão do Fábio da Casa Pia aos 12 anos, por mau comportamento.

Relacionada com as contradições anteriores impõe-se a seguinte pergunta: Será que as respostas das políticas sociais estão definidas de acordo com as necessidades dos jovens? Face às realidades apresentadas constata-se que pelo menos nessas situações isso não se verifica. Devemos então ousar fazer a outra pergunta: Será que as respostas das políticas sociais estão estruturadas **a partir da nossa posição, isto é, para a reprodução da nossa ordem social**? Apesar da natural dificuldade deste exercício de reflexão os elementos apresentados revelam a prevalência de uma perspectiva de normalização em que a resposta à situação de necessidade está

sempre refêem de um vasto conjunto de condições desde a conjuntura económica até aos critérios morais de merecimento de ajuda, e por isso mesmo, raramente está centrada no combate às causas do fenómeno. Só assim se pode compreender, mas não aceitar, que a intervenção face a um menor com um modo de vida delinquentes – em que se reconhecem como factores explicativos deste fenómeno o meio propício a..., em que o apelo dos pares é determinante, conjugado com fragilidades pessoais resultantes da falta de suporte familiar... (cf. Ferreira, 1997: 913-924) – seja retirá-lo do seu meio, mas para ser internado numa instituição onde apenas irá conviver com outros jovens com as mesmas fragilidades (?), quando o lógico seria precisamente o proporcionar-lhe oportunidades de convívio com outros jovens de outras realidades que por um lado não o incentivassem a cometer delitos e simultaneamente o ajudassem a superar as suas dificuldades.

A última contradição pode ser ilustrada a partir da linguagem. Porquê falar em “**respostas**” sem a devida correspondência com os seus resultados? Porquê a rara utilização de palavras como compromisso? Qual a razão para que as políticas sociais estejam estruturadas quase exclusivamente nas manifestações dos problemas e não apostem sobretudo em “**mecanismos de garantia**”?

Apesar das limitações desta reflexão pretende-se, numa tentativa de conciliar uma perspectiva das ausências com uma perspectiva das emergências, como defende Boaventura de Sousa Santos, apresentar alguns **contributos** para discussão das hipóteses de superação das contradições apresentadas. Assim a estruturação da Política Social deve contemplar três pressupostos indispensáveis:

- 1) Compromisso da **garantia de resposta integrada** procurando de uma forma estratégica assegurar bem-estar em *qualquer* situação e simultaneamente conseguir encontrar formas diferenciadas para responder a questões tão complexas como o sofrimento, por exemplo.
- 2) **Responsabilidade pelas Consequências**, o que pressupõe considerar a dimensão temporal (antes, durante e para sempre) da intervenção vinculada ao seu *resultado* estabelecendo como que um sistema de oportunidades permanentes face a situações de risco e

ao mesmo tempo aceitar que quem foi privado tem a necessidade e o Direito a ser compensado desse déficit, nem que seja apenas pelo respeito que lhe devemos.

- 3) **Sentido Emancipatório** é o pressuposto que confere sentido à política social, por isso deve constituir-se como o *critério de referência*, na definição dos mecanismos de garantia que necessariamente terão que associar de forma coerente indicadores de bem-estar com o contexto de determinadas situações de necessidade e, ao invés de respostas, assegurar o desenvolvimento de condições que promovam a Autonomia entendida como liberdade social.

Por sua vez a estes pressupostos estão associados respectivamente três dimensões essenciais de intervenção: a **Universal** porque partindo dos desígnios da política social parece fazer mais sentido privilegiar o investimento em políticas de prevenção que intervenham nas causas, numa perspectiva integrada, pensadas não para eles, grupos desfavorecidos, mas sim para todos nós na eventualidade de nos depararmos em qualquer situação de necessidade ou risco; a **Social** que está relacionada com a necessidade de reparação e compensação de modo a poder inverter a tendência negativa presente nas trajetórias assegurando as medidas de garantia de bem-estar; a **Pessoal** que implica o dever de respeito como pessoa e o empenho em procurar atender às expectativas de autonomização individuais. Sobre a importância desta dimensão é muito interessante a resposta da Catarina quando questionada sobre os apoios necessários para uma vida mais feliz: *não só o material mas se calhar fazer um apoio mais específico à pessoa* (Catarina).

Em função das ideias defendidas esta reflexão assume como referência um **Modelo Política Social Integrada**, assente na transição *das Políticas Sociais à Política Social* (cf. Costa, 1999: 6.1). Como **orientações** para a definição da Política Social, o autor estabelece cinco pontos fundamentais: “1) Em primeiro lugar, o nosso ponto de partida deverá ser o **objetivo** da política social (bem-estar); 2) O conceito a procurar não deverá assentar num determinado conjunto de domínios (ou áreas) de política; 3) O conceito terá de permitir distinguir a política social das outras políticas que, directa ou indirectamente, também têm o bem-estar como ob-

jectivo. É este o caso, designadamente, da política económica; 4) O conceito não deverá assentar numa óptica sectorial, uma vez que terá de abarcar não apenas as condições de vida que se traduzem em políticas sectoriais – tais como as respeitantes à saúde, à educação, à habitação, etc. –, mas também aspectos mais complexos ou transversais relacionados com o estilo de vida. É esta uma exigência sobretudo quando se considera o bem-estar em sentido lato, que acima se associou ao termo inglês «well-being»; 5) Por outro lado, e em parte na linha da sugestão de Cahill (...) haverá que ter em conta as mudanças sociais e utilizar categorias analíticas capazes de abarcar essas mudanças” (Costa, 1999: 6.6 - 6.7).

Estas orientações propostas por Bruto da Costa constituem um instrumento fundamental na construção do caminho para a efectivação de um modelo de Política Social Integrada, no entanto por si só não são suficientes. Este **caminho** só pode ser construído por Nós, na medida em que, como disse recentemente Bruto da Costa em entrevista à TSF, não podemos aspirar a que a situação mude sem **mudar em Nós**. Ou seja, o que é que estamos dispostos a fazer, a mudar em Nós os “integrados” para que os outros que não o são possam pelo menos ter a oportunidade de vir a ter lugar? O trilhar deste caminho implica assumir o peso de sermos co-responsáveis, mas este é, paradoxalmente, o nosso principal potencial na medida em que, simultaneamente, somos a chave da solução.

A tese fundamental desta reflexão sobre o estudo realizado é a seguinte: a política social, não sendo a única política que visa o bem-estar, detém um potencial inquestionável de articulação das políticas no sentido de garantir a satisfação das necessidades humanas e assegurar a realização do bem-estar, é isso que nos diz o Manel: *precisava de ajuda, percebes? E os meus pais não tinham condições para me dar essa ajuda, mas que lá [no colégio] encontrei, percebes?* (Manel). Por isso as perspectivas apresentadas a partir dos contributos recolhidos demonstram que a política social é imprescindível e que apesar dos limites anteriormente desenvolvidos, o Estado não esgotou todas as suas capacidades para controlar os riscos da situação actual. Embora amplamente sub-utilizadas, são grandes as suas potencialidades para lutar contra a exclusão (cf. Castel, 2001: 565).

O desafio que se coloca só pode passar por **potenciar o sentido emancipatório** da política social, sobretudo pela defesa do seu património histórico de conquistas associadas à efectivação dos Direitos de Cidadania

traduzidos na melhoria das condições de vida que lhes estão associadas, como é o caso deste jovens.

Para concluir apresentam-se os testemunhos de três autores *experientes...* **Para que ousemos persistir na defesa do objectivo de Bem-Estar Universal na concepção *Well-being*:**

Ajudou (...) Em tornar-me uma pessoa normal. Já viste se não existisse colégios? Se calhar a esta hora devia estar aí a roubar ou devia estar preso!
(Fábio)

É assim, foi bom, foi muito bom mesmo, lembro-me que, prontos... eu penso por vezes que se eu não andasse num colégio, o que seria de mim agora, não é? (...) Eu pude encontrar a estabilidade de uma família.
(Manel)

Como experiência, foi bom. Foi bom porque fez-me pensar em certo tipo de coisas porque aquilo que eu mais prezo é a liberdade. Mesmo!
(Catarina)

Bibliografia

- BLAIKIE, Norman (2000), *Designing Social Research*, Cambridge: Polity Presse.
- BOURDIEU, Pierre (1997), *Razões Práticas: Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras: Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís Manuel Antunes (1998), “Exclusão Social e Acesso ao Emprego: paralelas que podem convergir”, in *Sociedade e Trabalho*, Ministério do Trabalho e da Solidariedade, n.º 3.
- CASTEL, Robert (2001), *As Metamorfoses da Questão Social: uma crônica do salário*, 3.ª edição, Petrópolis: Vozes.
- COSTA, Alfredo Bruto da (coord.) (1999), “Direitos Sociais e Políticas Sociais”, *Módulos PROFISS – Guia do Formando*, Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade/ Secretaria de Estado do Emprego e Formação.

- DANTAS, Ana, e GAMEIRO, José (2000), “Conclusão – Traços Cruzados e Riscos de Vida”, in PAIS, José Machado (coord.), *Traços e Riscos de Vida – uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, 2.ª edição, pp. 305-330, Porto: Âmbar.
- DOYAL, Len, e GOUGH, Ian (1991), *A Theory of Human Need*, Londres: Macmillan.
- FERREIRA, Pedro Moura (1997) “Delinquência Juvenil, Família e Escola” in *Análise Social*, IV série, n.º 32, pp. 913-924.
- GARCIA, José Luís (org.) (2000), *Estranhos – Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (2000), *O Mundo na Era da Globalização*, Lisboa: Editora Presença.
- GUARA, Isa (1995), “Necessidades e Direitos da Criança e Adolescente”, in *Cadernos do Núcleo de Estudos e Pesquisa Sobre a Criança e o Adolescente*, n.º 1, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- MORIN, Edgar (1982), *Ciência com Consciência*, Mem Martins: Publicações Europa-América.
- PAIS, José Machado (2001), *Ganchos, Tachos e Biscates – Jovens, Trabalho e Futuro*, Porto: Âmbar.
- PAIS, José Machado (coord.) (2000), *Traços e Riscos de Vida – uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*, 2.ª edição, Porto: Âmbar.
- PEREIRA, Potyara A. P. (2000), *Necessidades Humanas – Subsídios à Crítica dos Mínimos Sociais*, São Paulo: Cortez Editora.
- RODRIGUES, Fernanda (1999), *Assistência Social e Políticas Sociais em Portugal*, Lisboa: ISSScoop/CPIHTS.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), *A Crítica da Razão Indolente: Contra o Desperdício da Experiência [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática]*, Volume I, Porto: Edições Afrontamento.
- STRECHT, Pedro (1997), *Crescer Vazio – Repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes*, Lisboa: Assírio & Alvim.
- STRECHT, Pedro (2003), *À Margem do Amor – notas sobre delinquência juvenil*, Lisboa: Assírio & Alvim.